

Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

O que é?

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma legislação brasileira que estabelece regras e diretrizes para a proteção e o tratamento de dados pessoais. Aprovada em agosto de 2018, a LGPD entrou em vigor em setembro de 2020, trazendo uma série de direitos e obrigações para empresas e organizações que lidam com dados pessoais no Brasil.

A Lei é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, sejam elas de direito público ou privado. Seu objetivo central é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o pleno desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais.

Dos Dados Pessoais

A LGPD define dados pessoais como qualquer informação relacionada a uma pessoa física identificada ou identificável, incluindo nome, endereço, número de identificação, entre outros.

Do Controlador

O Controlador, nos termos do art. 5º, inciso VI da LGPD, é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Neste caso, o Controlador é a Prefeitura de Pelotas.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

A Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD, criada pela LGPD, é o órgão responsável por fiscalizar, regulamentar e aplicar a lei, em todo o território nacional, além de orientar empresas e cidadãos sobre suas obrigações e direitos relacionados à proteção de dados.

Do Encarregado

O Encarregado é a pessoa indicada pelo Controlador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Seguem abaixo as informações de contato da servidora designada como Encarregada Geral de Proteção de Dados no âmbito do Município de Pelotas:

Nome: Luciane Hatalla Habeiche

Telefone: (53) 3309-6002

E-mail: lgpd@pelotas.rs.gov.br

Dos direitos

A LGPD garante aos titulares dos dados uma série de direitos, como o acesso aos seus dados, a correção de informações incorretas, a exclusão dos dados e o direito de revogar o consentimento.

Nesse sentido, o titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V – portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;

VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

Da Política de Privacidade e Proteção de Dados

O Município de Pelotas reconhece a importância da privacidade e proteção de dados pessoais e está comprometido em cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis, de forma a garantir maior transparência, confidencialidade, integridade e segurança das informações pessoais dos cidadãos.

Para maiores informações sobre o tema, acesse a nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados da Prefeitura, ou entre em contato por meio dos Canais de Atendimento à LGPD disponibilizados pela Prefeitura.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Política de Privacidade define como os dados pessoais dos usuários que acessam o Portal da Prefeitura Municipal de Pelotas são tratados, tanto de forma automatizada quanto não automatizada, total ou parcialmente. Além disso, ela explica os tipos de dados coletados, os motivos da coleta e como o usuário pode atualizar, gerenciar e/ou excluir essas informações.

Esta Política de Privacidade foi desenvolvida em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

É importante ressaltar que esta política pode ser atualizada devido a mudanças normativas, e, por esse motivo, convidamos o usuário a consultar regularmente esta seção para se manter informado.

2. DIREITOS DO USUÁRIO

O Portal compromete-se a cumprir as normas estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e respeitar os princípios nela estabelecidos.

Os titulares dos dados têm o direito de acessar, corrigir, atualizar ou excluir seus dados pessoais, quando aplicável.

Também possuem o direito de solicitar a portabilidade dos dados, revogar o consentimento dado anteriormente e apresentar reclamações às autoridades competentes.

Anda, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, assegura os seguintes direitos referentes ao tratamento de dados pessoais:

- I. Direito de confirmação da existência de tratamento;
- II. Direito de acesso aos dados;
- III - Direito de correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV. Direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação;
- V. Direito à portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, resguardados os segredos comerciais e industriais da **PREFEITURA DE PELOTAS-RS**;
- VI. Direito de garantia à disponibilidade, a autenticidade, a integridade e a confiabilidade dos dados;
- VII. Direito de ser notificado sobre mudanças no tratamento dos dados;
- VIII. Direito de não ser submetido a decisões automatizadas e profiling;
- IX. Direito a limitação/oposição ao tratamento de dados;
- X. Direito ao esquecimento;
- XI. Direito de restringir o tratamento de dados;

XII. Direito à eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses de guarda legal e outras dispostas na Lei;

XIII. Direito à informação das entidades públicas e privadas com as quais a **PREFEITURA DE PELOTAS-RS** realizou uso compartilhado de dados;

XIV. Direito à informação sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e sobre as consequências da negativa;

XV. Direito à revogação do consentimento, nos termos da Lei.

A Prefeitura de Pelotas se compromete a fornecer os meios adequados ao titular para exercer esses direitos, mediante canais próprios de atendimento à LGPD.

3. AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os "agentes de tratamento de dados" são as pessoas físicas ou jurídicas que realizam o tratamento de dados pessoais em nome próprio ou em nome de terceiros, podendo ser classificados como Controlador ou Operador de dados, conforme o caso.

O **Controlador de Dados** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. No âmbito da política de privacidade da Prefeitura Municipal de Pelotas e de usabilidade dos sites pertencentes ao domínio pelotas.rs.gov.br e todos os seus subdomínios, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pelotas, sendo esta o agente Controlador de Dados.

O **Operador de Dados** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

No âmbito da política de privacidade da Prefeitura Municipal de Pelotas e de usabilidade dos sites pertencentes ao domínio pelotas.rs.gov.br e todos os seus subdomínios, o Controlador Prefeitura Municipal de Pelotas também atua como Operador de Dados, ou seja, além de ser responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, também realiza o tratamento desses dados.

3.1 ENCARREGADO DE DADOS

O Encarregado de Dados é a pessoa indicada pelo controlador para atuar como ponto de contato entre a organização, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O Encarregado é responsável por monitorar a conformidade da organização com a LGPD, fornecer orientações internas, receber reclamações e atuar como um canal de comunicação para assuntos relacionados à proteção de dados.

No âmbito da política de privacidade da Prefeitura Municipal de Pelotas e de usabilidade dos sites pertencentes ao domínio pelotas.rs.gov.br e todos os seus subdomínios, o servidor designado para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, desempenhando a função de Encarregado Geral de Proteção de Dados do

Município, é a servidora **Luciane Hatalla Habeiche**, cujas atribuições, conforme art. 41, §2º da LGPD, consistem em:

I. aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II. receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III. orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV. executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Informações de Contato do Encarregado de Dados do Município:

Nome: Luciane Hatalla Habeiche

Telefone: (53) 3309-6002

E-mail: lgpd@pelotas.rs.gov.br

4. ATIVIDADES DE TRATAMENTO

O tratamento de dados consiste em uma variedade de atividades realizadas com dados pessoais, incluindo coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão e extração.

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além do princípio da boa-fé, o Município deve adotar os seguintes princípios no tratamento de dados pessoais, conforme art. 6º, incisos I a X da referida norma:

I. Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II. Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III. Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV. Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V. Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI. Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII. Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII. Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX. Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X. Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

4.1 DOS DADOS TRATADOS

A utilização, pelo usuário, de determinadas funcionalidades do serviço dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

I. Nome completo;

II. Nome social;

III. Data de nascimento;

IV. Sexo;

V. Filiação;

VI. Nacionalidade;

VII. Naturalidade;

VIII. Número de inscrição no CPF;

IX. Estado civil;

X. Endereço de e-mail;

XI. Endereço;

XII. Número de telefone;

XIII. Número do RG;

XIV. Registro de acesso;

XV. Foto do usuário;

4.2 DAS HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS

De acordo com a LGPD, poderá ser realizado o tratamento de dados pessoais, mediante o expresse e inequívoco consentimento do usuário ou, ainda, nas seguintes hipóteses:

- I. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- II. pela administração pública, para a execução de políticas públicas, incluindo o tratamento e uso compartilhado de dados;
- III. para a realização de estudos por órgão de pesquisa, via anonimização dos dados pessoais, sempre que possível;
- IV. quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;
- V. para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- VI. para a proteção da vida ou da segurança física do titular ou de terceiro;
- VII. para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- VIII. quando necessário para atender ao legítimo interesse do controlador ou de terceiro;
- IX. para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente;e
- X. para atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências ou cumprir as atribuições legais do serviço judicial.

Compreende-se legítimo interesse do controlador, como base legal para o processamento de dados pessoais, em situações que envolvem apoio e promoção de suas atividades, bem como a proteção do exercício regular de seus direitos ou a prestação de serviços que beneficiem o controlador, desde que sejam respeitados os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

Nesse contexto, é necessário que a finalidade seja claramente indicada e fundamentada em situações concretas, coletando-se apenas os dados estritamente necessários para o alcance dessa finalidade.

4.3 DO USO E FINALIDADE DOS DADOS

Os dados pessoais coletados serão utilizados exclusivamente para os fins informados no momento da coleta, ou para finalidades compatíveis com o propósito original.

A Prefeitura de Pelotas pode utilizar as informações obtidas para prestar serviços públicos, realizar pesquisas, melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, gerar estatísticas anônimas e cumprir obrigações legais.

4.4 DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Prefeitura de Pelotas não divulgará, venderá ou transferirá os dados pessoais dos usuários a terceiros, a menos que haja consentimento expresso ou exigência legal para fazê-lo ou quando o compartilhamento das informações coletadas seja necessário para:

- I. prestação adequada dos serviços em andamento que envolvam atividades desenvolvidas por empresas parceiras;
- II. cumprimento de decisão judicial ou em atendimento a requisição de autoridade competente;
- III. a adequada prestação de serviços de empresas provedoras de infraestrutura tecnológica e operacional, empresas intermediadoras de pagamento e provedoras de serviço de armazenamento de dados;
- IV. a garantia do legítimo interesse do Município ou o de terceiros, em matéria de segurança nacional e em cumprimento da lei ou investigação criminal;
- V. a proteção da segurança de qualquer pessoa, ou para impedir a morte ou danos físicos iminentes, desde que tal interesse não prevaleça sobre os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do Usuário.

5. DA SEGURANÇA NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

No âmbito da política de privacidade da Prefeitura Municipal de Pelotas e de usabilidade dos sites pertencentes ao domínio pelotas.rs.gov.br e todos os seus subdomínios, a Prefeitura se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Os dados coletados serão mantidos somente pelo tempo necessário para cumprir as finalidades estabelecidas, respeitando os prazos legais e regulatórios.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração:

- I. as técnicas adequadas;
- II. os custos de aplicação;
- III. a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e
- IV. os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

O Portal compromete-se a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais, eximindo-se de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro.

6. COOKIES E TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO

Os sites pertencentes ao domínio pelotas.rs.gov.br e todos seus subdomínios, podem fazer uso de cookies e tecnologias de rastreamento para melhorar a experiência do usuário e obter informações estatísticas sobre o uso das plataformas.

Os usuários têm a opção de configurar seus navegadores para rejeitar cookies, mas isso pode limitar o acesso a determinados recursos.

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informações são armazenadas pelo navegador do usuário para que nosso servidor possa lê-las posteriormente.

Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site.

É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente.

7. ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados poderá ser alterada, a qualquer momento, conforme a finalidade ou a necessidade, bem como para conformidade com disposição de lei ou norma de força jurídica equivalente, cabendo ao titular verificar a versão atualizada sempre que acessar os sites pertencentes ao domínio pelotas.rs.gov.br e todos seus subdomínios.

Qualquer alteração e/ou atualização desta Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no site do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

Caso sejam modificados aspectos relevantes do tratamento, as mudanças serão informadas pela Prefeitura de Pelotas ao titular, com destaque de forma específica do teor das alterações

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de qualquer dúvida com relação a esta Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais, o titular pode entrar em contato com o Encarregado Geral de Proteção de Dados do Município de Pelotas, por meio dos Canais de Atendimento à LGPD disponibilizados pela Prefeitura.

Esta política será regida, interpretada e executada conforme as leis brasileiras, em especial a Lei nº 13.709/2018, independentemente das Leis de outros estados ou países, sendo eleito o foro da Comarca de Pelotas/RS como competente para

dirimir conflitos e reclamações oriundas da proteção de dados prevista nesta política.

Data da última atualização desta Política: 10/07/2023.